https://doi.org/10.4322/dilemas.v19.n3.67401

"A cada trinta minutos": Suicídio de agricultores na Índia[1]

Frédéric Vandenberghe[I]
Palash Gughane[II]
Cynthia Xavier de Carvalho[III]
[I]*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
[II]*FLAME University, Pune, India*
[III]*Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

Este artigo aborda a problemática dos suicídios entre agricultores na Índia, uma questão que persiste há mais de 30 anos. A pesquisa foi realizada em 2024, no distrito de Yavatmal, no estado de Maharashtra, região produtora de algodão do país e epicentro do problema. Definimos "sofrimento agrário" como uma questão social em que o sofrimento social e o individual se entrelaçam. Este estudo combina teoria social, história rural e pesquisa etnográfica. Revelamos os fatores sociais, econômicos e ecológicos que contribuem para essa crise e demonstramos como esses fatores formam uma síndrome complexa.

Palavras-chave: suicídio de agricultores, Índia, sofrimento agrário, teoria sociológica, Yavatmal

"Every 30 minutes": Farmers' suicide in India This study addresses farmers' suicide in India, which has persisted for over 30 years. This research was carried out in 2024 in the Yavatmal district, Maharashtra, the Indian cotton-growing region at the epicentre of suicide waves. We define "agrarian distress" as a social issue intertwining social and individual suffering. This study combines social theory, rural history, and ethnographic research. We reveal the social, economic, and ecological factors contributing to this crisis, showing how these elements form a complex syndrome.

Keywords: farmers' suicide, India, agrarian distress, sociological theory, Yavatmal

Introdução

Na Índia, 100 milhões de agricultores estão em dificuldades. Potencialmente, 800 milhões de pessoas são afetadas pelo "sofrimento agrário" (*Agrarian Distress*)[2]. Há mais de um quarto de século, "ondas epidêmicas" de suicídio estão acabando com uma geração inteira de agricultores.[3] Tudo começou em 19 de março de 1986, quando Sahebrao Karape, um fazendeiro de Yavatmal, tirou a própria vida e a de sua família. Não foi o primeiro suicídio de um agricultor, mas atraiu a atenção da mídia e deu visibilidade à tendência. Suicídios duplos ou triplos (marido e mulher, além de filhos ou irmãos) são raros, o que indica que os suicidas estão sozinhos antes da morte. Eles ruminam, planejam e praticam seu ato na solidão. Suicídios imitadores não são incomuns.

A comoção causada pela primeira onda de suicídios entre agricultores levou ao registro oficial de suicídios pelo *National Crime Records Bureau* (NCRB) a partir de 1995.[4] Desde então, em média 15.000 pessoas por ano têm tirado a própria vida nos vilarejos da Índia. Essa é a "maior onda de suicídios registrados na história da humanidade" (SAINATH, 2009, [s. p.]). Nesse ritmo, o número de

meio milhão de mortes por suicídio será atingido em breve. Se você alinhar os corpos, eles cobrirão em grande parte toda a superfície do território indiano, desde os remansos de Kerala até as alturas do Himalaia. Desde então, a cada meia hora, um agricultor sucumbe à morte por desespero.

As mortes autoprovocadas estão concentradas em cinco estados: Maharashtra, Andhra Pradesh, Karnataka, Madhya Pradesh e Chhattisgarh. Esses não são os estados mais pobres. Na verdade, são estados relativamente ricos. Maharashtra é responsável por 20% dos suicídios agrários na Índia. Não são os camponeses mais pobres e sem-terra que se matam, mas, sim, os pequenos agricultores (com menos de dois ha de terras), os agricultores marginais (com menos de um ha) e os agricultores arrendatários (que alugam lote de outro agricultor). O Relatório do *Tata Institute of Social Sciences* (TISS) sobre as causas do suicídio entre agricultores, realizado em 12 distritos de três regiões do estado de Maharashtra (Vidharbha, Marathwada e Khandesh), cobrindo 36 vilas, revelou que, entre os pesquisados, apenas 5% possuíam grandes propriedades (com mais de 15 acres, em torno de 6 ha) (DANDEKAR *et al.*, 2005, p. 17).

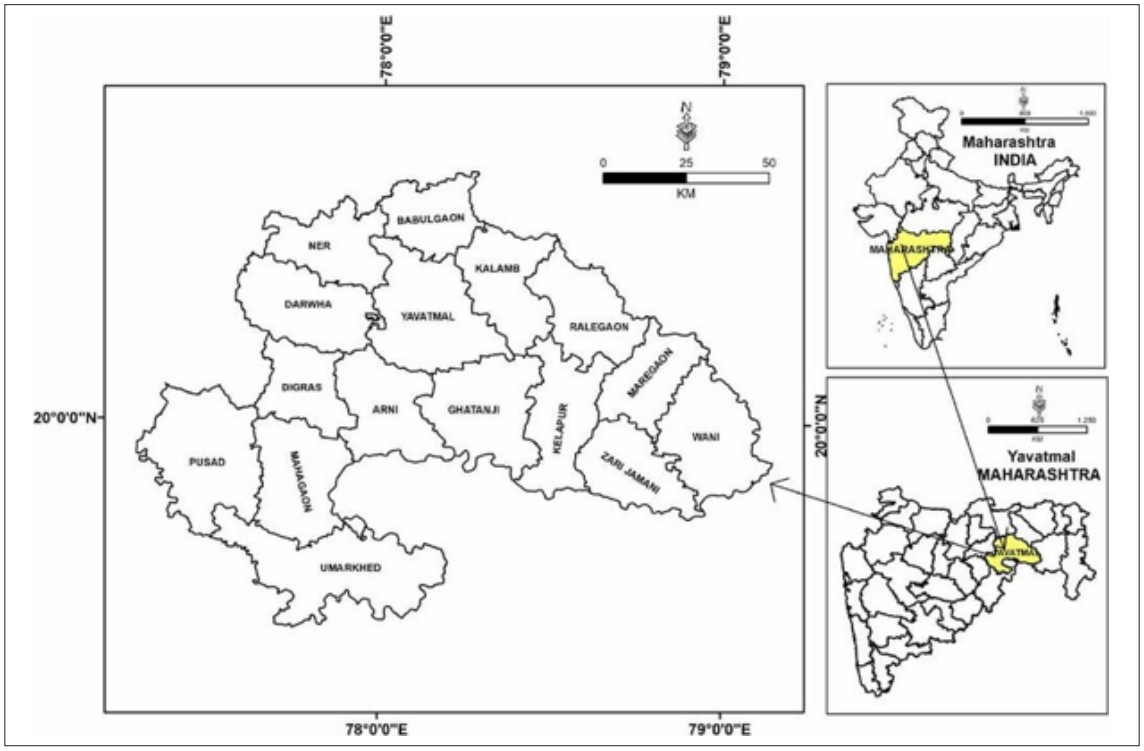
Em Yavatmal, o distrito que visitamos durante nosso projeto piloto, a maioria dos agricultores pertence às *Other Backward Classes* (OBCs) da comunidade Maratha/Kunbi. As OBCs são uma das classificações oficiais da população indiana, assim como as Castas Programadas (*Scheduled Castes* – SC) e as Tribos Programadas (*Scheduled Tribes* – ST). O termo OBC refere-se a castas consideradas social e educacionalmente "atrasadas", que compõem a maior parte da classe média baixa na Índia rural. Com um senso de ironia, um dos agricultores que entrevistamos se referia a si mesmo como "antigo proprietário de terras". Como classes intermediárias, elas estão presas entre o passado e o presente. Não podem retroceder nem avançar. Os nossos agricultores não são nem "camponeses" (uma categoria marxista que remonta à Guerra Fria) nem "subalternos" (uma categoria introduzida pelos estudos subalternos indianos no debate sobre o pós-colonialismo). São microempreendedores que apostaram na agricultura comercial e correm o risco de perder tudo. Confrontados com a miséria econômica, moral e existencial, sofrem terrivelmente com a ideia de falhar perante as expectativas alheias. Os agricultores são empobrecidos, mas não pertencem ao estrato mais dominado da sociedade indiana. Para pesquisadores estrangeiros, a questão da casta revela-se particularmente complexa. Embora seja relativamente simples apreender os princípios hierárquicos gerais que estruturam a divisão da população no sistema de castas, tal como formulados no esquema clássico dos *varnas* (DUMONT, 1966 [1979], pp. 131-164), a multiplicidade de mais de quatro mil jatis locais limita significativamente a compreensão empírica do fenômeno. A identificação da pertença de casta só se torna possível por meio de inquéritos microempíricos detalhados. Muitas vezes, as informações que recebemos foram confusas e contraditórias.

Uma proporção esmagadora – quase 85% – dos suicídios nas propriedades rurais é de agricultores do sexo masculino. Essa predominância explica por que, pelo menos neste artigo, usa-se principalmente a forma masculina (ele/dele/seu) dos pronomes pessoais. Quando seus companheiros cometem suicídio, as esposas geralmente sobrevivem, tendo que viver com o duplo

estigma de ser viúva e de ser a esposa de uma vítima de suicídio (GUGHANE, 2021; FALNIKAR; DUTTA, 2019; KOTA, 2018; MAKAAM, 2018; YADAV, 2018). As viúvas enfrentam o assédio dos sogros, que relutam em transferir o título das terras a elas, e muitas são rejeitadas por suas próprias famílias, que frequentemente insinuam que são responsáveis pela morte de seus maridos.

Neste artigo, apresentamos uma autópsia socioeconômica do suicídio entre agricultores[5]. Concentramo-nos nos desenvolvimentos sociais e econômicos dos últimos 50 anos, que transformaram a agricultura em atividade não remunerada na região cotonicultora de Yavatmal (Figura 1). O campesinato tradicional não existe mais nessa área. Ao privilegiar culturas comerciais em detrimento das culturas alimentares, os camponeses tornaram-se agricultores – produtores capitalistas, administrando um pequeno negócio familiar. Em vez de operar no mercado, eles passaram a trabalhar para o mercado. Apesar das promessas e dos sucessos iniciais da agricultura comercial, a transição de culturas alimentares para culturas comerciais tornou-os vulneráveis às volatilidades do mercado e aos caprichos das monções. Mesmo nas melhores circunstâncias (uma safra abundante, uma boa monção), eles têm enormes dificuldades para obter lucro, ainda mais para economizar por longos períodos. Para manter suas terras e a atividade, eles se endividam, na esperança de que a próxima colheita resolva todos os seus problemas. "Colhemos esperança", como disse um dos agricultores que entrevistamos. Quando a sorte acaba e eles chegam ao limite de suas forças, não veem outra saída para a sua miséria, a não ser a morte, confirmando o ditado de La Rochefoucauld: "A esperança é a última coisa que morre no homem".

Figura 1 – Localização do distrito de Yavatmal – Maharashtra, Índia



Fonte: Extraída de Patil, Reddy, Singh (2021, p. 3).

Para entender o que está acontecendo no campo, recorremos a argumentos da economia política e analisamos as transformações estruturais do capitalismo rural no século XX. No entanto, se evitamos principalmente a categoria de "neoliberalismo", uma construção polêmica que sinaliza a superioridade moral do analista e a derrota política do sujeito que ele analisa, não é apenas por causa de sua falta de alavancagem analítica, mas também porque estamos muito mais interessados na economia moral do que na economia política. O que realmente queremos entender é a gramática moral da dívida, do desespero e da morte. Nesse ponto, afastamo-nos da tradição durkheimiana e de sua ênfase nos dados agregados. Sem desconsiderar os fatores estruturais que pesam sobre as trajetórias individuais e podem conduzir ao suicídio, propomos deslocar a análise para o plano da experiência moral no nível individual (ABRUTYN; MUELLER, 2014). Buscamos, assim, compreender o suicídio não apenas como resultado de constrangimentos objetivos, mas também como expressão de dilemas vividos, de avaliações morais e de sentimentos de obrigação e responsabilidade. Para tanto, articulamos uma abordagem estrutural dos fatores socioeconômicos e ecológicos que configuram o ambiente objetivo dos agricultores enquanto grupo social e uma abordagem relacional que reinsere o agricultor, em termos subjetivos, no tecido de sua comunidade e de sua família. Essa perspectiva permite apreender as obrigações recíprocas, as expectativas normativas e os sentimentos morais tal como são percebidos, interiorizados e vivenciados pelos próprios atores. Se tivéssemos mais dados qualitativos, baseados em entrevistas aprofundadas com agricultores que estão pensando em cometer suicídio ou que sobreviveram a tentativas de suicídio, poderíamos combinar uma sociologia estrutural do suicídio com uma psicologia moral da "suicidalidade", tal como ela se manifesta em pensamentos mórbidos e na ideação suicida no nível individual (NAKHAIE; DATTA, 2018).

Embora o artigo tenha sido escrito como um esforço extenso para explicar o fenômeno do suicídio em massa de forma causal – ele assume o contorno de uma história de detetive sociológica e política em busca do culpado –, não estamos tentando resolver um quebra-cabeça causal. Não queremos explicar; queremos entender como é possível que todo um modo de vida seja sacrificado em prol do lucro. Embora nos concentremos nos fatores externos que levam os agricultores ao seu fim, sabemos que eles não conseguem explicar adequadamente por que o agricultor se suicidou. A passagem dos fatores para os atores implica a reconstrução do significado subjetivo. Como lembra Jack Douglas (1967, pp. 272-274), o significado subjetivo não é individual, mas corresponde ao significado que os membros de uma comunidade consideram válido. A lacuna entre a explicação e a compreensão só pode ser preenchida, se é que pode, por meio da narração. O que nos move é a vontade de testemunhar a perplexidade e a dor das vítimas, dos que se foram, dos que ficaram e dos que estão indo embora. Queremos contar suas histórias e dar-lhes voz antes que a história os apague da face da Terra.

Não podemos apresentar o quadro completo do sofrimento dos agricultores neste artigo. Fizemos um modesto estudo-piloto sobre o suicídio de agricultores no distrito de Yavatmal, em

Maharashtra, com duas etapas de visitas ao campo. Uma primeira em janeiro de 2024, quando o clima é mais frio e seco, e uma segunda em agosto de 2024, no período das monções de verão. Foram visitadas várias vilas rurais, todas situadas no distrito de Yavatmal, na região de Vidarbha. Ao todo, foram entrevistados 27 agricultores e quatro famílias de viúvas de suicidas em Yavatmal, além de jornalistas, ativistas, políticos, acadêmicos, assistentes sociais, professores e médicos, nas cidades de Mumbai, Pune, Nagpur e Yavatmal, aos quais tivemos acesso por meio de amostragem em cadeia (*snowball sampling*). Uma terceira etapa da pesquisa de campo, destinada à investigação do suicídio entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, foi adiada após o indeferimento dos vistos solicitados pelos pesquisadores brasileiros.

Foram empregados métodos qualitativos para a pesquisa e a interpretação dos dados, com a triangulação de abordagens. As técnicas incluíram entrevistas individuais e grupos focais, além de observações acompanhadas da elaboração de notas de campo, com debate entre os pesquisadores em cada etapa do processo. Todos os dados, fontes e interlocutores que contribuíram para a exploração das múltiplas dimensões de um fenômeno de elevada complexidade foram incorporados com humildade epistemológica e reconhecidos com gratidão (ver Agradecimentos).

Diante dos limites existenciais inerentes à condição humana, optamos por privilegiar considerações éticas e humanas em detrimento de uma concepção estrita de cientificidade. Apresentamos, assim, os resultados preliminares de um esforço analítico voltado a tornar inteligível um ato que, à primeira vista, se mostra destituído de sentido e de difícil compreensão.

Sofrimento agrário como patologia social

Embora maciços, os números desanimadores não contam toda a verdade. Cada caso isolado é uma tragédia indescritível. Em conjunto, eles apontam para uma patologia sistêmica da sociedade rural como um todo, denominada "sofrimento agrário". Os suicídios são sintomas mórbidos de um modo de vida tradicional que se está desgastando. O novo modelo de produção agrária não está centrado nos pequenos agricultores, muito menos nos habitantes das florestas e dos pastos, mas, sim, nas grandes corporações. A "indústria rural", para usar uma categoria de Adam Smith, sempre funciona em benefício dos fornecedores, comerciantes, empresários e industriais que compram as safras a preços competitivos e ganham muito dinheiro. Os agricultores que acreditavam nas promessas de uma modernização capitalista e abandonaram a agricultura tradicional para investir no monocultivo comercial pagam agora o preço de seus sonhos modernizadores. Eles, que acreditavam no progresso, não podem voltar atrás. Da mesma forma que os empreendedores do primeiro capitalismo, que estão no centro da ética protestante de Max Weber, os agricultores que quiseram ou querem se tornar empreendedores agora não têm mais opções: não podem voltar ao campesinato e têm que enfrentar a perspectiva de se tornarem trabalhadores rurais informais, pobres e explorados.

Na maioria dos países em desenvolvimento, os camponeses se tornaram "agricultores familiares" e "pequenos produtores de *commodities*", cultivando culturas comerciais para o mercado (HARRISS-WHITE, 2023). A existência de uma economia social e solidária entre os pequenos agricultores e trabalhadores sem-terra mostra que os modos de troca não mercantis, destacados por Karl Polanyi (1944 [1957]) (autarquia, distribuição e reciprocidade em espécie), não foram completamente eliminados, mas atualmente desempenham apenas papéis marginais no abastecimento. As economias dos pobres são uma alternativa inadequada aos mercados. A transição da agricultura de subsistência dos camponeses tradicionais para a agricultura comercial dos agricultores nunca é fácil. A atual transição da agricultura familiar para a produção agroindustrial é ainda mais dolorosa. A transição para o capitalismo é promovida pelas corporações, pelos grandes agricultores e por seus *lobbies* políticos. Se ela atinge, em primeiro lugar, os agricultores familiares pequenos, marginais e sem-terra, é porque sua subsistência está comprometida pela modernização, globalização, liberalização e privatização da agricultura. Todo um modo de vida que sobreviveu e se desenvolveu ao longo de séculos agora se tornou economicamente insustentável.

Um suicídio sempre levanta inevitavelmente a questão: por quê? Isso vale para cada caso. Para entender por que alguém cometeu suicídio, é preciso saber quem essa pessoa realmente era. A reconstrução analítica de toda a biografia é, portanto, uma exigência hermenêutica, sobretudo para os parentes e amigos das vítimas. Para os pesquisadores, a compreensão dos motivos é ainda mais difícil, pois, com o ato, a própria pessoa some para sempre. Por mais paradoxal que seja, o significado individual do ato intencional que visa a suprimir o sofrimento por meio de uma erradicação violenta do próprio sujeito sofredor só pode ser entendido se o ato for reconectado à vida inteira do sujeito e aos contextos estruturais e culturais que lhe roubam todo o significado – a ponto de o indivíduo decidir autodestruir a vida vivenciada como desprovida de significado. Sem acesso às "conversas internas" das vítimas (VANDENBERGHE, 2026), é quase impossível compreender o "significado" do suicídio. Nesse ponto, a pesquisa social atinge seus limites epistêmicos, como Daniel Münster (2015, p. 1600) observou com acuidade:

> Por razões óbvias, não pode haver apreensão não mediada das intenções e das causas suicidas e, portanto, de seus significados. Tudo o que está disponível para o etnógrafo são representações – racionalizações de segunda mão – de um ato que, em última análise, permanece uma caixa-preta para o pesquisador.

No nível coletivo de dados agregados, as taxas de suicídio também exigem uma explicação. Para entender o que está acontecendo, é preciso ir mais a fundo e identificar as causas distais. A análise clássica de Émile Durkheim (1897 [1991]) sobre o suicídio permanece válida. Há muita anomia (desorientação), egoísmo (utilitarismo), fatalismo (alienação) e altruísmo (sacrifício) em curso (MOHANTY, 2001; 2013; veja também ESTABLET, 2012). Seu positivismo, no entanto, prejudica seus outros *insights* conceituais sobre a desintegração da sociedade. Não estamos interessados em correlações estatísticas entre variáveis independentes e dependentes. O que queremos alcançar são

os "mecanismos generativos" (BHASKAR, 1978) – ou, como os chamamos aqui, os "mecanismos degenerativos" – que produzem sofrimento sistêmico e levam os indivíduos à morte. É preciso analisar o suicídio e a automutilação não como eventos, mas como processos e produtos de mecanismos emaranhados que se cruzam e se articulam rumo à destruição. Causas isoladas são necessárias, mas insuficientes para explicar a estabilidade das taxas de suicídio ao longo de períodos mais longos. As causas são fáceis de enumerar: a falta de acesso à irrigação, o fracasso e os danos às colheitas, a mudança climática, as instalações de armazenamento inadequadas, a volatilidade dos preços globais, o acúmulo de dívidas, o aumento da insegurança, a doença, os gastos com o casamento e o celibato, os conflitos domésticos e o alcoolismo são fatores agravantes dos problemas que afetam a saúde mental. Entretanto, as explicações não podem ser simplesmente alinhadas dessa forma. Elas constituem uma síndrome e devem ser analisadas em conjunto, pois cada fator intensifica as dificuldades e impacta os demais. Causas, sintomas e efeitos se entrelaçam e se alimentam mutuamente, até que a situação se torne insustentável sob estresse e pressão extremos.

Além disso, não basta investigar a etiologia da morte voluntária. É preciso classificar cuidadosamente os mecanismos causais e apresentá-los de modo que possam ser politicamente ativados. Portanto, a aritmética política também é moral. Como escreve Palagummi Sainath, o jornalista que, mais do que qualquer outro, chamou a atenção do público para os agricultores suicidas:

> Eu gostaria de dizer que quase todo suicídio tem múltiplas causas. O que fazemos ao registrá-los, no entanto, é registrar a última causa. Estou em dívida. Meu filho desiste da faculdade. Não consigo casar minha filha e sou humilhado pelo emprestador de dinheiro todos os dias em que vou ao mercado. Minha plantação desmorona e o banco recusa-se a conceder-me um empréstimo. Volto para casa bêbado. Discuto com minha esposa e, depois, cometo suicídio. No dia seguinte, consta que o motivo do suicídio foi uma briga com a esposa e, por isso, ele se matou (SAINATH, 2007, [s. p.]).

O motivo final de sua morte eletiva esconde mais do que revela. Se ele se jogou na frente do trem ou, mais provavelmente, engoliu o pesticida ou se enforcou, não foi porque bebeu, mas porque foi levado à morte por fatores estruturais que não podia controlar. Se os fatores estruturais se sobrepõem aos culturais, principalmente à religião – as escrituras hindus condenam categoricamente o suicídio (VIJAYAKUMAR, 2009) –, é porque a comunidade de agricultores reconhece a dor e o sacrifício daqueles que morreram. Portanto, é preciso distinguir cuidadosamente os mecanismos causais dos "gatilhos" (eventos singulares, como uma briga doméstica, um ataque de pragas, sementes falsas, vacas destruindo a plantação), as causas objetivas dos "estressores" situacionais (conjunção de eventos, como ataques de pragas e inundações, por exemplo, ou secas, ataques de animais e dívidas) e os "motivos" subjetivos (vergonha, desonra ou desespero) (DESHPANDE; ARORA, 2010). A causa principal é estrutural e sistêmica. Em linguagem simples, ela se chama pobreza. A pobreza não é um dado adquirido. Ela é o resultado de um processo real de empobrecimento ou de pauperização. É uma relação social de profunda desigualdade.

Para evitar acrescentar insulto à injúria, culpando a vítima em vez do perpetrador, é preciso ir das razões às causas distais. No final das contas, há apenas uma causa: a "malignidade da política", como Praveen Chandra Bodh (2019) a denomina, transpondo o vocabulário médico da cancerologia para a suicidologia. O acúmulo de políticas bem-intencionadas, mas mal alinhadas, que buscam apaziguar a população antes das eleições, proporciona um alívio temporário. Os programas populistas tratam os sintomas, mas não atacam as causas sistêmicas da patologia social. Decisões políticas equivocadas, em nome do bem-estar e da prosperidade dos agricultores, minaram sistematicamente as condições que lhes permitem ganhar a vida. A ênfase contínua no crescimento e na produtividade que beneficiou as corporações, as quais falharam miseravelmente ao não levar em conta as necessidades da grande maioria da população rural e ao não elevar seus padrões de vida. As políticas liberalizantes da década de 1990 resultaram em um declínio do investimento público na agricultura, instabilidade de preços, aumento dos custos dos insumos, diminuição dos retornos sobre o investimento e endividamento crescente com credores usurários. Uma geração inteira de agricultores caiu em uma "armadilha da dívida" (baixa lucratividade e alta dívida). A agricultura se tornou uma atividade não lucrativa. Ela é insustentável, não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista ecológico, como qualquer visita ao campo evidencia.

Os problemas são conhecidos e as soluções também. Desde 2007, elas estão registradas no relatório oficial de Mankombu Sambasivan Swaminathan, o principal arquiteto da Revolução Verde na Índia (GOVERNMENT OF INDIA, 2007): aumentar o Preço Mínimo de Suporte (*Minimum Support Price* – MSP) é o mínimo que se deve fazer para apoiar os agricultores. Eles mesmos não hesitam e atribuem a culpa diretamente aos políticos. O problema deles é econômico e climático: por um lado, é causado pelos mercados e pela ganância das empresas; por outro, pelos caprichos do clima, que levam à quebra de safra. No entanto, sem exceção, todos esperam que o Estado entre em cena para resolver seus problemas. Com a mercantilização da agricultura, as instituições intermediárias que conectam o indivíduo à comunidade foram enfraquecidas. Esse também foi um ponto central no diagnóstico de Durkheim sobre o suicídio egoísta e anômico. Nas páginas finais de *Le suicide,* ele apostou em grupos profissionais e brincou com a ideia de um renascimento das antigas corporações para deter a desintegração do corpo social. Na Índia, onde a casta de uma pessoa é definida pela profissão da família em que ela nasce, essa solução pode não funcionar. As bases sociais de produção baseadas na casta foram, em grande parte, mantidas, enquanto o apoio e o sustento que poderiam ter sido fornecidos em épocas de crise sob os sistemas de patrono e cliente foram lentamente desintegrados.

> A agricultura, há muito incorporada ao sistema de castas e a principal fonte de sua reprodução social, é agora o local da modernidade econômica, trazendo consigo a individualização dos atores, a introdução de novas tecnologias, a comercialização e o conhecimento estrangeiro (VASAVI, 2009, p. 105. Veja também VASAVI, 2010; 2012, pp. 114-135).

À medida que a interdependência baseada em estruturas costumeiras diminui e a individualização avança, os próprios indivíduos têm de arcar com os problemas e encontrar soluções individuais para problemas induzidos pelo sistema.

A "dilapidação do rural" (SUTHAR, 2022), a erosão da vida comunitária e o "definhamento do vilarejo" (GUPTA, 2005) explicam por que os agricultores que enfrentam a pressão dos mercados anônimos culpam o Estado ao mesmo tempo em que exigem sua ajuda. Os problemas são causados, em última instância, pelo sistema econômico, mas a raiva é direcionada ao sistema político. Quando a raiva é direcionada para dentro, como no autossacrifício, este assume um significado político como último sinal de protesto contra a injustiça que recai sobre eles, sua família, sua aldeia, sua região, seu estado e todo o país. Ao contrário da autoimolação em público, que faz parte do repertório de protestos no sul da Ásia (LAHIRI, 2014), esse protesto é silencioso e privado. Os especialistas que conhecemos (acadêmicos, jornalistas, ativistas, ONGs e até mesmo políticos) confirmam que os políticos apoiam as corporações e não estão realmente interessados nos agricultores pequenos, marginais e arrendatários. Um político decente do partido da direita, Shiv Sena, que conhecemos no trem de Mumbai para Nagpur, sugeriu uma solução: "A solução?", disse ele sorrindo, "A solução é que os agricultores se tornem políticos".

A grande transformação da agricultura

Na vasta literatura sobre o suicídio de agricultores na Índia, os fatores econômicos prevalecem (por exemplo, BODH, 2019; MOHANTY, 2019; RAMAKUMAR, 2022; SUTHAR, 2022). Isso não se deve apenas ao fato de que a maioria dos estudos é conduzida por economistas, em vez de sociólogos ou antropólogos, mas também porque o formato explicativo vai diretamente ao cerne da questão. Apesar de sua obviedade e de suas repetições, a "estória neoliberal", hegemônica entre cientistas sociais, é bem conhecida (veja, por exemplo, SHAKEEL, 2017) e corresponde à análise que os próprios agricultores privilegiam. Para compreender adequadamente o impacto da transformação modernizadora da agricultura, deve-se analisar simultaneamente as trocas entre o Estado, os mercados e a sociedade civil, tanto nas metrópoles quanto no interior, por períodos mais longos, e concentrar-se nos processos de reconfiguração do Estado, acumulação capitalista, concentração de poder, controle dos mercados, inovação tecnológica e movimentos sociais. De acordo com Karl Polanyi (1944 [1957]), podemos correlacionar a transformação estrutural em larga escala da sociedade agrária tradicional com as ofensivas modernizadoras do Estado e do mercado, por um lado, e com a destruição da vida tradicional nas aldeias, por outro.

A entrada dos princípios racionalizadores da produção industrial e da acumulação capitalista nos campos corrói lentamente a vida rural. Essa é uma parte inevitável do "progresso". Na Índia, as comunidades das aldeias e o sistema de castas estão inextricavelmente ligados. As castas

não foram erradicadas, muito menos "aniquiladas", como queria Bhimrao Ramji Ambedkar, o líder histórico do movimento *dalit*. Tudo indica que a transformação das estruturas econômicas e políticas consolidou as castas superiores nas estruturas de poder locais, regionais e nacionais. Transpondo as categorias de dominação de classe de Antonio Gramsci, para teorizar a dominação de castas na Índia, poderíamos dizer que a Grande Transformação na Agricultura foi, de fato, uma "revolução passiva" em que tudo mudou para permanecer igual. A visão de Ambedkar da aldeia como o próprio local da opressão de casta está mais próxima da verdade do que a ideia de Gandhi do autogoverno (*swaraj*) da aldeia como uma pequena república (JODHKA, 2002). À medida que o tempo passa e a pesquisa acadêmica avança dos estudos clássicos de vilarejos, por meio da narrativa de crises agrárias, para os estudos subalternos, pós-desenvolvimento e pós-coloniais de interseccionalidade, os acadêmicos aprendem a analisar criticamente as histórias (CABALION; THIVET, 2019).

A agricultura indiana sempre passou por crise após crise. A história da fome coincide com a história da Índia. Para nossos propósitos, a história começa após a independência, com a Revolução Verde (RV), deflagrada na Índia em meados da década de 1960 pelo agrônomo, geneticista e humanista Dr. Mankombu Sambasivan Swaminathan. A RV incorporou o imaginário modernista de autonomia e controle por meio do domínio sobre a natureza e a sociedade. A "cultura tecnológica" da RV, que se originou na era da Guerra Fria, combinava utilitarismo, extrativismo e produtivismo:

> Ela foi fundada nos valores da extração eficiente de recursos naturais para a maximização da produção e do lucro […] Ela opera com técnicas e artefatos que podem maximizar a extração de recursos naturais e, consequentemente, a produção […] Ela se baseia na representação coletiva do aumento da segurança alimentar (SHAH, 2008, p. 435).

À medida que a modernização da agricultura aumentou a produtividade por meio de cultivos com variedades de grãos de alto rendimento (High-Yielding Variety – HYV) e resolveu a questão da fome na Índia, ela passou a ser considerada um grande sucesso. Na primeira fase (RV I), a revolução se limitou às culturas alimentícias (arroz e trigo) em regiões ricas em água. A década de 1980 testemunhou a segunda fase (RV II) e a extensão de variedades de alto rendimento para culturas comerciais, como algodão e soja, em áreas semiáridas. O aumento dos investimentos em tecnologia, pesticidas e fertilizantes sintéticos elevou os custos dos insumos, enquanto os preços das culturas comerciais permaneceram estáveis, resultando em despesas superiores à renda e no endividamento dos agricultores.

Com a RV, muitas práticas tradicionais e culturas alimentares foram perdidas diante do avanço de uma monocultura mecanizada. A desqualificação dos cultivadores acompanhou a desvalorização do conhecimento tradicional. A modernização da agricultura levou à homogeneização da prática agrícola, tornando os produtores dependentes do uso de sementes híbridas, fertilizantes químicos e pesticidas organofosforados. A RV foi tudo menos verde e limpa; se ela

foi um sucesso agronômico, também foi um desastre ecológico. O aumento da produtividade na produção de alimentos foi compensado ou acompanhado pela poluição química em larga escala e pelo esgotamento do solo. A combinação de alta produtividade e retornos decrescentes sobre o investimento levou a uma situação paradoxal em que os agricultores foram submetidos ao máximo sofrimento justamente quando o país havia alcançado a segurança alimentar. Como resultado, os agricultores estão presos a um duplo dilema: alimentam a nação a baixo custo, mas não conseguem sustentar a própria família. Eles são pobres em meio à abundância.

Em meados da década de 1990, ficou evidente que a RV havia falhado (HARRISS-WHITE; JANAKARAJAN, 2004, pp. 1-38). A produção agrária iniciou sua tendência secular de declínio e de decréscimo involuntário. Coincidentemente com a RV I, o governo indiano também implementou a reforma agrária. Em 1957, ele aprovou a Lei de Limite de Terras, limitando a posse de terras para uma família conjunta de cinco pessoas de 10 até 27 acres de terra irrigada e 35 até 54 acres de terra seca. O excedente foi confiscado e redistribuído aos agricultores/trabalhadores rurais sem-terra de baixa renda. Embora essa redistribuição tenha, sem dúvida, favorecido os trabalhadores, que agora se tornaram pequenos agricultores familiares, também os deixou com terras de baixa qualidade em mãos. A fragmentação da terra por herança e o desmembramento da família conjunta tradicional acrescentaram desafios complementares a esse contexto ao longo do tempo. Após a miniaturização das propriedades de terra, os agricultores tornaram-se cada vez mais dependentes de insumos externos para o cultivo em lotes cada vez menores. O tamanho médio das terras agora é inferior a 1,5 ha. Um dos agricultores entrevistados, que, com um senso de ironia, se referiu à sua classe como "antigos proprietários", comentou, com amargura, que, daqui a algumas gerações, a fragmentação deixaria seus netos com "um lote grande o suficiente para enterrá-los".

O primeiro artigo da Constituição define a Índia como uma "república democrática, secular, socialista e soberana". Os adjetivos "secular" e "socialista" foram acrescentados ao preâmbulo em 1976. A RV foi totalmente dirigida pelo Estado. A economia foi planejada, os mercados foram controlados e protegidos, os preços mínimos de apoio foram garantidos, os subsídios à eletricidade e aos insumos químicos foram concedidos, os incentivos às culturas comerciais e ao crédito foram fornecidos e as sementes de alta produtividade foram disponibilizadas aos cultivadores pelo Estado. Na década de 1980, a Índia já experimentava a liberalização de sua economia. Após uma crise no balanço de pagamentos que levou a uma grave recessão e a uma crise fiscal do Estado, a Índia abriu sua economia ao mundo. A Nova Política Econômica (NPE) foi inaugurada em 1991 pelo ministro da Economia, Manmohan Singh, sob a égide de um dos programas de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial. Ela marcou a transição de uma economia fechada, controlada e planejada para um mercado aberto, competitivo e desregulamentado. A NPE implementou uma série de reformas estruturais abrangentes com o objetivo de impulsionar os setores industrial e de serviços, atrair investimentos estrangeiros e estimular

o empreendedorismo privado. O objetivo era transformar a Índia em uma potência mundial, tornando-a uma fábrica global, um *back office* e um laboratório para empresas farmacêuticas e de biotecnologia. A implementação de reformas neoliberais concentrou a riqueza nas mãos de magnatas poderosos, como Mukesh Ambani e Gautam Adani, ambos da indústria indiana, considerados os homens mais ricos do subcontinente, e levou ao surgimento de uma nova classe média voltada ao consumo.

A promoção do crescimento econômico, a eficácia administrativa e a produtividade tecnológica marginalizaram a agricultura. O relatório do *Tata Institute of Social Sciences* estimou que o *quantum* total de redução dos investimentos no setor rural entre 1985 e 1990 foi da ordem de 60% (DANDEKAR *et al.*, 2005, p. 3). O novo cenário também impôs um "modelo de alto rendimento e alta tecnologia" capitalista na agricultura como hegemônico, com implicações catastróficas para os camponeses tradicionais. Os agricultores buscaram escapar da pobreza por meio da agricultura de alto rendimento, mas enfrentaram dívidas e miséria devido às redes de capital que beneficiam apenas uma minoria. A comercialização agrícola integrou as áreas rurais aos circuitos internacionais de capital e de trabalho.

Em retrospectiva, a RV do século XX, que impulsionou a produção de culturas comerciais voltadas à exportação de *commodities*, pode ser considerada precursora da comercialização e da financeirização da agricultura no século XXI (PATEL, 2013). As políticas de globalização, liberalização e privatização, conhecidas como a "tríade do GLP", expuseram prematuramente a "indústria rural" a uma concorrência intensa e desigual no mercado mundial. A remoção das regulamentações e restrições no setor agrícola, a redução das barreiras à importação de produtos agrícolas, a retirada dos subsídios aos insumos e um sistema de Preços Mínimos de Suporte com distorções afetaram, em especial, os agricultores considerados pequenos e marginais, os sem-terra e aqueles que pertencem a tribos, castas programadas e outras classes desfavorecidas, que representam a grande maioria da população rural.

O resultado é que os agricultores obtêm preços baixos e vendem com prejuízo, mesmo quando a produção é boa. Como Amitabh Pawde, um economista neoclássico de Nagpur que faleceu recentemente, explicou-nos, invocando um fazendeiro de algodão imaginário:

> O sujeito trabalhou duro e conseguiu uma boa colheita de algodão. A produção é boa. Mas quando ele vai ao mercado, tem prejuízo e não recupera o investimento. No ano seguinte, ele tem uma safra abundante. Mas quando vai ao mercado, o preço da commodity é muito baixo e, novamente, ele tem prejuízo. No ano seguinte, para distribuir o risco, ele diversificou sua produção e plantou seis culturas diferentes. Mas quando foi ao mercado, teve novamente prejuízo. No ano seguinte, ele perdeu sua safra devido aos caprichos das monções. Ele vendeu seu trator, suas joias, tudo o que tinha. (informação verbal)

Para os "agricultores familiares" pequenos e marginais que ainda se dedicam à agricultura de subsistência, a transição da agricultura tradicional para a comercial envolve um risco sério.

Suicídio por pesticidas no cinturão do algodão

O mercado aberto promoveu a entrada de Corporações Transnacionais (CTNs) no setor agrícola, que passaram a controlar as cadeias de suprimentos locais. O setor de sementes é dominado por algumas CTNs, como Cargill, Syngenta e, o que é mais preocupante, também pela Monsanto (Mahyco Monsanto Biotech (India) Pvt Ltd), que foi adquirida e se fundiu com a Bayer em 2019. Se as sementes híbridas já haviam sido introduzidas na Índia durante a Revolução Verde para elevar a produtividade, impondo aos agricultores a compra anual e a extinção de seus bancos tradicionais de sementes, esse panorama de dependência aprofundou-se com o advento das sementes transgênicas na década de 1990. A necessidade contínua de adquirir insumos torna os produtores ainda mais vulneráveis, configurando um contexto fundamental para compreender as elevadas taxas de suicídio entre agricultores no estado. É importante observar que as taxas de suicídio são elevadas apenas nos estados em que o algodão é a principal cultura comercial, como é o caso de Maharashtra, onde a pecuária leiteira, a horticultura e a floricultura não são muito praticadas e a agricultura é menos diversificada. O algodão Bt (*Bacillus thuringiensis*) foi introduzido na Índia por volta de 2000 e, a partir de 2002, a região de Vidarbha, conhecida como o cinturão de algodão de Maharashtra, passou a observar sua disseminação crescente. Ele ofereceu uma solução para os ataques devastadores de *bollworms* (lagarta-do-algodão), que estavam destruindo metade das plantações no final da década de 1990 (SETHI, 2018, pp. 101-130). Todas as plantas Bt contêm um gene da bactéria Bt que produz seu próprio inseticida. Atraídos pela busca do "ouro branco", os agricultores abandonaram sua sabedoria tradicional de diversidade, rotação de culturas e controle biológico de pragas, convertendo-se, quase da noite para o dia, ao cultivo de transgênicos. Nos primeiros anos, os rendimentos médios explodiram. O mesmo aconteceu com o preço das sementes. Até agora, as variedades de algodão nativo (*Desi Cotton*) quase desapareceram. Os híbridos Bt ocupam quase 95% das terras cultivadas com algodão na Índia.

Em seu site, a Bayer Índia promove seu algodão Bollgard® como "uma maneira ambientalmente correta de controlar os *bollworms*" (sic):

> Os agricultores indianos podem escolher entre mais de 1.000 sementes híbridas de algodão Bt. O algodão Bollgard® oferece proteção embutida contra infestações destrutivas do American Bollworm, Heliothis armigera, e contém uma proteína inseticida de um microrganismo do solo que ocorre naturalmente: o Bacillus thuringiensis (Bt). A tecnologia Bollgard® II contém uma tecnologia superior de genes duplos –Cry1Ac e Cry2Ab –que oferece proteção contra os bollworms […] levando a melhor retenção de cápsulas, rendimento máximo, custos mais baixos de pesticidas e proteção contra a resistência a insetos. (BAYER ÍNDIA, [20--])

Embora o site se vanglorie de seus produtos e prometa proteção e lucros aos cultivadores, ele não menciona que, nesse meio tempo, suas sementes transgênicas não impediram que as pragas passassem a sobreviver à substância que produzia para combatê-las. De fato, as

infestações de lagartas que justificaram sua introdução em primeiro lugar agora mudaram de cor (lagarta verde, lagarta rosa, mosca branca) e reapareceram (HARDIKAR, 2021, pp. 130-139). Supostamente, o Bt 4 e o Bt 5, as versões mais recentes do algodão geneticamente modificado, oferecem maior proteção. Mas a que custo? Em Maharashtra, seu uso ainda não foi aprovado, mas importações ilegais do estado de Gujarat estão disponíveis no mercado clandestino. Para piorar a situação, também estão circulando sementes Bt falsas e pesticidas adulterados. 70% do uso de pesticidas é destinado ao plantio de algodão, e 50% dos custos de produção do algodão devem-se a esses produtos (BHARATHAN, 2000, p. 1068). Ele é generosamente pulverizado nos campos por trabalhadores sem Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado. Até onde pudemos ver, ninguém usa luvas, máscara e, muito menos, óculos, mesmo que uma única gota no olho seja suficiente para causar cegueira, como nos disse o Dr. J. L. Jatkar, diretor do hospital governamental de Yavatmal.

Em 2017, 50 agricultores perderam a vida e milhares ficaram doentes devido à inalação acidental de vapores tóxicos (HARDIKAR, 2021, pp. 114-129). As implicações sociais e ecológicas da produção de culturas comerciais com grãos de alto rendimento, que demandam intensivamente água e capital, além do uso excessivo e inadequado de pesticidas, são visíveis no campo. Não apenas surgiram novas doenças, mas os solos vulcânicos negros também se esgotaram de forma irreversível. No longo prazo, a agricultura industrial-capitalista é insustentável: a transformação da terra e do trabalho em "mercadorias fictícias" destrói não apenas a terra da qual se alimenta, mas também, devido à neurotoxicidade, as próprias pessoas que trabalham na terra. A contradição entre a ecologia e a economia é interna ao capitalismo (FRASER, 2022), que não é apenas um sistema econômico de produção de *commodities*, movido por mercados e lucros. Como ordem institucional, ele engloba todo um sistema de produção, exploração e reprodução do trabalho, bem como um sistema de troca, expropriação e destruição da terra que devora a democracia, o planeta e os agricultores que o alimentam.

O que o site da Bayer Índia tampouco menciona é que os benefícios da "revolução branca" no cultivo do algodão são, na verdade, puramente teóricos. Seu sucesso na produção baseou-se em testes controlados de irrigação realizados em áreas de cultivo experimentais. Na realidade, para fins de produção, os agricultores não precisavam de menos, mas de mais pesticidas, fertilizantes, eletricidade e água (KARAMCHEDU, 2023). Em Vidarbha, uma área semiárida no planalto central de Deccan onde realizamos a nossa pesquisa, a irrigação é um problema sério. A maioria dos campos é irrigada pela chuva e enfrenta escassez aguda de água. Apenas 5% das plantações têm acesso à irrigação (por meio de poços ou canais). A exploração excessiva de poços para cultivo pode reduzir a disponibilidade de água potável. Em alguns vilarejos, ela já precisa ser fornecida por caminhões-tanque. O algodão Bt, que se baseia em híbridos de algodão americanos, é, portanto, particularmente inadequado para essa região, pois requer mais água do que as variedades de algodão indianas.

Por todos esses motivos, a agricultura se tornou um empreendimento altamente arriscado. Embora o preço dos insumos (sementes, adubos, fertilizantes, pesticidas, herbicidas, diesel, mão de obra e, possivelmente, também o aluguel da terra) esteja aumentando constantemente, o preço do produto tem sofrido quedas ocasionais. O elevado investimento em sementes híbridas certificadas e caras, além de pesticidas e outros produtos químicos, coloca os pequenos agricultores em situação de endividamento perante os credores (comerciantes). Contudo, esses comerciantes não devem ser vistos como simples representantes de empresas transnacionais ou como agiotas implacáveis. Embora suas taxas de juros sejam abusivas, não têm qualquer relação com o submundo do crime.[6] Na maioria das vezes, são agricultores ou ex-agricultores que mantêm fortes laços com a vila. Hoje em dia, eles operam como negociantes "*all-in-one*" na agricultura de culturas comerciais (AGA, 2018; BALAYANNIS; COOK, 2016). Os revendedores que vendem sementes híbridas, fertilizantes sintéticos e pesticidas, agrupando-os em um pacote tecnológico, também se tornaram "comerciantes de conhecimento" que prestam consultoria aos agricultores. Esse serviço equivale a uma privatização da extensão agronômica patrocinada pelo governo e leva inevitavelmente à demanda induzida pelo fornecedor. Uma pesquisa etnográfica detalhada sobre a escolha de sementes transgênicas mostrou que os agricultores seguem os "modismos do algodão" (STONE, 2007). Influenciados pela promoção corporativa e pela emulação social, eles querem comprar as marcas mais novas em um mercado pouco regulamentado. Em sua escolha de variedades de algodão, eles são influenciados pela reputação de quem as cultiva ("aprendizado social") mais do que por uma avaliação racional das sementes e da cultura ("aprendizado ambiental"). Os revendedores de insumos químicos também se tornaram emprestadores de dinheiro. Eles fornecem pesticidas a crédito, com altas taxas de juros – "mais 24-36% de juros anuais além do pagamento" (KARAMCHEDU, 2023, p. 296), ao mesmo tempo em que adquirem a produção do agricultor a preços fixos. Devido ao acesso diferenciado às capacidades de armazenamento, os agricultores são obrigados a vender seus produtos quando têm pouco dinheiro ou quando os preços estão mais baixos (nas safras de outubro-dezembro), enquanto os intermediários podem vendê-los quando os preços voltam a subir (no período de entressafra, em fevereiro).

Agora que acompanhamos a longa história da RV, desde a racionalização da agricultura tradicional induzida pelo Estado (décadas de 1960-1970) até a liberalização, privatização e globalização da agricultura (a partir de 1990) e a "revolução branca" na produção de algodão (a partir de 2000), estamos em uma posição melhor para analisar os mecanismos geradores do sofrimento em série. Com Marcel Mauss (1925 [1950]), podemos analisar a economia do algodão como um "fato social total". O mercado, a cidade, o campo, o lar, mas também as dimensões ecológicas, econômica, social, moral e psicológica da agricultura estão todos ligados, por assim dizer, em uma única cápsula de algodão branco. Não há uma causa única, mas, sim, uma pluralidade de mecanismos generativos que se cruzam e se reforçam mutuamente, causando uma crise agrária prolongada que é, simultaneamente, ecológica, econômica, política, moral, psicológica e existencial. Essa crise é,

de fato, sistêmica e estrutural, mesmo que seja o indivíduo, no final da linha, que tenha de enfrentar o prejuízo. Quando os poderes causais dos mecanismos generativos que produzem a crise agrária são plenamente ativados e operam em conjunto por longos períodos, desencadeiam-se processos de empobrecimento seletivo. Vários sintomas do sofrimento agrário aglutinam-se em uma síndrome do sofrimento social. O agrupamento de dívidas, depressão, violência doméstica, alcoolismo, abuso de substâncias, jogos de azar e suicídio entre as pessoas que vivem em comunidades empobrecidas e desintegradas "[…] vai contra a ideia médica profissional de que as pessoas que sofrem têm um ou, no máximo, dois problemas principais de cada vez […]" (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997, p. ix). A síndrome do sofrimento agrário é causada pelos mecanismos degenerativos do empobrecimento. No final das contas, a distinção entre sofrimento social e individual desmorona. Isso revela que, por mais individual e singular que cada caso possa ser, a experiência do sofrimento é tanto social quanto individual e existencial.

Seguindo Roy Bhaskar (1978), podemos distinguir três domínios da realidade e seguir a cascata de causação descendente que vai dos mecanismos degenerativos da agricultura industrial-capitalista (domínio do "real"), de sua atualização em uma determinada conjuntura (domínio do "atual") e de seu registro empírico nas estatísticas de suicídio (domínio do "empírico"). Para mostrar como as engrenagens de destruição que afetam a vida rural em toda a Índia realmente funcionam em um espaço e tempo selecionados (produção de algodão em Vidarbha nos últimos anos) e empurram os agricultores para o seu fim em Yavatmal, precisamos percorrer a última milha com eles e investigar como a conjunção de quebra de safra, perda financeira e disponibilidade de pesticidas prende as pobres almas em uma armadilha de dívidas ("alto custo – baixo preço de venda – alto circuito de dívidas") que se fecha sobre eles como um caixão.

Os caprichos das monções do sul da Ásia são reais. Os padrões de chuva mudaram consideravelmente nos últimos 20 anos. Os próprios agricultores mencionam, geralmente em inglês, as mudanças climáticas, para explicar a perda de suas colheitas. Eles as consideram uma espécie de rolo compressor que se move erraticamente para frente, para os lados e para trás, como o *Juggernaut*, o carro monumental de *Jagannath* no festival de Puri (Orissa), mencionado por Marx (1867 [1962], p. 674) em *O Capital,* esmagando-os até a morte no processo. Durante o verão, as temperaturas sobem a escaldantes 48 graus Celsius, com sensação térmica ainda mais elevada. Se o calor é difícil de suportar nas cidades, imagine como deve ser a labuta nos campos!

As monções, que normalmente ocorrem de junho a setembro, tornaram-se bastante irregulares. Antes, elas costumavam chegar no início de junho, geralmente entre os dias 5 e 10, à medida que a monção sudoeste se movia em direção ao norte, atravessando o subcontinente indiano. Agora, os agricultores examinam ansiosamente os céus durante a estação de *kharif* (safra que ocorre durante as monções de verão). Se as chuvas chegarem tarde demais após a semeadura, a colheita poderá ser perdida. Quando as chuvas chegam, elas podem vir em excesso, ser seguidas por períodos de seca e, inesperadamente, voltar a chover torrencialmente, o que pode causar

apodrecimento. Em todos os casos, a colheita é perdida. Quando isso acontece, os grãos têm de ser adquiridos novamente e tudo tem de ser recomeçado, o que aumenta os gastos, deprime os cultivadores e arruína suas vidas.

A última década foi extremamente difícil. 2014, 2015 e 2018 foram anos de seca, enquanto 2021 e 2024 trouxeram enchentes. No meio disso, eles sofreram com a desmonetização (2016), a lagarta rosada (2017), a Covid-19 (2020) e as novas leis agrícolas (2021). Acrescente a isso o aparecimento de pragas e fungos, e você entenderá por que não é estranho que os agricultores se sintam desorientados, desanimados e ansiosos. Em situações de imprevisibilidade, seu conhecimento tradicional já não os orienta. Confrontados com os riscos, eles apostam. Eles continuam semeando e arando, sabendo muito bem que tudo pode se perder novamente em caso de desastre.

> A agricultura tem se tornado cada vez mais uma atividade especulativa, pois os agricultores precisam tomar empréstimos para iniciar o ciclo produtivo. Eles estão, então, apostando no clima e nos preços globais das commodities: se qualquer uma dessas variáveis se voltar contra os agricultores, eles se endividam. Se esse padrão se repetir, eles se endividam ainda mais, até chegar a um ponto sem retorno (GUPTA, 2021, p. 192).

Embora as causas finais sejam estruturais (econômicas e políticas), o endividamento após a perda da safra é a causa próxima e o fator de estresse final que precede a autodestruição.[7] Os persistentes fracassos de colheita em condições de sequeiro foram agravados por uma crise de crédito e pelo acúmulo de dívidas. Empréstimos, juros e dívidas são exemplos perfeitos do que Polanyi chama de "mercantilização do dinheiro" (POLANYI, 1944 [1957], pp. 71-80). Quando o dinheiro é emprestado contra juros, os juros se tornam o principal motor e o principal motivo da troca. Como os agricultores pequenos, marginais e arrendatários geralmente não têm poupança nem excedentes, invariavelmente precisam de empréstimos para semear, arar e colher. Com a liberalização da agricultura, os bancos estatais têm se retirado progressivamente dos vilarejos. Eles oferecem tarifas diferenciadas aos seus clientes. Um agricultor que entrevistamos reclamou: "O grande fazendeiro pode pegar um empréstimo com juros zero para comprar sua Mercedes. Nós não podemos comprar um trator". Todo o negócio de "colheita de dinheiro sem dinheiro" (SETHI, 2018, p. 49) os enreda nas armadilhas da "escassez, dívida e morte" (SHAH, 2012). Agricultores endividados e em dificuldades financeiras retornam à agricultura para cobrir perdas. Em desespero, assumem riscos e apostam suas vidas em colheitas futuras, sabendo que podem perder tudo. Para eles, cultivar é essencial, pois não há opção de deixar a terra em pousio e a agricultura sem empréstimos é impossível.

A mercantilização do dinheiro monetiza as relações sociais, inclusive as mais íntimas. Como todo mundo, os familiares e amigos que emprestam dinheiro também cobram juros, geralmente abaixo da taxa de mercado. Assim, quando, por um motivo ou outro (por exemplo, mudança climática, ataques de pragas), a colheita fracassa ou surgem outros problemas (saúde, acidentes), eles não conseguem pagar seus empréstimos e chegam ao fim de sua paciência. Um funcionário local explicou como eles vão à falência quando não conseguem mais sobreviver: "Eles estão descendo

por uma cadeia. Você começa com o banco; fica inadimplente com ele. Você vai até o agiota e fica inadimplente com ele. Depois, você vai até o parente[…] Se você não pagar o empréstimo bancário e o agiota, torna-se vulnerável" (DANDEKAR; BHATTACHARYA, 2017, p. 82).

A perda de dinheiro, de esperança e de prestígio é demais para suportar. Sua honra é questionada, enquanto seu *self* social é mortificado por um sentimento de indignidade. Eles se envergonham e se sentem culpados por não poderem pagar às pessoas da vila que lhes emprestaram dinheiro quando mais precisavam. "Tem que baixar a cabeça", dizem. É precisamente porque aceitam a ideia de que as dívidas devem ser pagas como um "axioma moral" (GRAEBER, 2011, p. 1) – um princípio que não pode ser questionado –, que eles entram na zona de vulnerabilidade máxima e dão o salto da dívida para a morte, operando uma passagem da moralidade para a mortalidade.

A economia moral é de dois gumes. Baseada na obrigação de retribuir a generosidade, abundantemente teorizada por Marcel Mauss [1923] (1950) como a terceira e mais importante obrigação no sistema da dádiva, ela é moral. Entretanto, como todos estão contando quem possui o quê, a quem e quanto, ela também é de natureza econômica. A fusão de uma economia moral com a moralidade econômica insere a generosidade e os interesses (em todos os sentidos do termo) em um sistema de relações interpessoais em que todos se conhecem. Essa combinação de generosidade e interesse, altruísmo e anomia, moralidade e socialidade é o que torna o endividamento tão perigoso para os agricultores. Encontramos aqui uma tensão dolorosa e trágica entre a pessoa moral, inserida em uma rede de interdependência, e o indivíduo solto com sua aspiração à liberdade, à igualdade e à autonomia (DUARTE, 2003). Preso entre o holismo tradicional da Índia e o individualismo moderno do Ocidente, tematizados na sociologia comparativa de Louis Dumont (1966 [1979]; 1983), o sujeito adoece. O seu sofrimento é expressão de uma ordem tradicional, relacional e hierárquica que resiste até quebrar à individualização imposta pela mercantilização da agricultura. Parece um acúmulo de dívidas, mas, na verdade, é um acúmulo de humilhações. Sentimentos morais atrelados à inserção numa rede densa de reciprocidades fazem com que a retribuição não se limite à devolução do dinheiro emprestado. Eles pagam por sua pessoa. Os princípios básicos de uma economia moral baseada na reciprocidade e em um senso de justiça os enredam em um drama emocional que eles só podem resolver por meio da violência – transformando a violência estrutural da qual sofrem contra si mesmos e contra os outros em um ato final de desespero que é, ao mesmo tempo, heroico e covarde. Sentimentos de humilhação, indignidade, vergonha e fracasso são considerados sentimentos morais (ABRUTYN, 2017). Eles podem não ter a mesma carga sentimental que a simpatia, a benevolência e o cuidado, mas, como eles, não podem ser compreendidos adequadamente sem referência a um universo moral de valores que define o que é certo e errado, bom e ruim, digno e sem valor, admirável e desprezível. Os cultivadores que perderam toda a esperança de recuperação sentem que não foram capazes de realizar suas aspirações e os objetivos que estabeleceram para si. Eles se sentem culpados, envergonhados e com raiva (GIDDENS, 1966).[8] Envergonhados porque, quando olham para si mesmos, imaginam

que os outros os veem e os julgam fracassados. Culpados por decepcionar sua comunidade. O fato de não serem capazes de prover o sustento os desqualifica não apenas como pai, marido ou irmão (mãe, esposa ou irmã), mas também como membro respeitável da comunidade. Categorias como vergonha, fracasso e culpa, por exemplo, não foram mencionadas diretamente pelos entrevistados, mas interpretadas a partir das experiências relatadas. Essas condições, que emergiram das narrativas compartilhadas, revelaram emoções não explicitadas, mas cuja presença fora perceptível nas histórias, nos comportamentos, nos olhares e nos gestos que expressavam, ora indignação, ora raiva, ora tristeza. Essa análise cuidadosa permitiu uma compreensão mais profunda da realidade desses indivíduos. Mesmo sabendo que não são totalmente responsáveis – afinal, outros cultivadores ao seu redor enfrentam dificuldades semelhantes –, eles se sentem responsáveis e com raiva pela adversidade que se abate sobre eles. Em uma cultura masculina caracterizada por proibições à busca de ajuda e à expressão de sentimentos de fraqueza, a raiva contra o sistema é internalizada. À medida que o sistema e seus membros se fundem, como é o caso em sociedades holistas, as reclamações contra o sistema são equivalentes às contra o *self*. A raiva se dirige, portanto, contra si mesmo. Ao experimentar uma sensação de fracasso total, seu senso de identidade é afetado. A perda de posição, aos seus próprios olhos e na comunidade, faz com que se sintam inúteis. Abandonados, sem reconhecimento, eles não sentem mais o amor-próprio, a autoestima e a dignidade que fazem a vida valer a pena (HONNETH, 2005). Em vez de autorrealização, eles sentem e temem estar condenados. Em seu desespero, não veem outra saída senão a *fuite en avant*, a corrida precipitada rumo à morte.

Não é coincidência que, entre os cultivadores, a ingestão de pesticidas, como *Monocrotophos, Chlorpyrifos ou Coragen*, para mencionar algumas das marcas mais vendidas, seja o método mais popular de autodestruição. Devido ao fácil acesso, à toxicidade aguda e à escassez de tratamentos eficazes para o envenenamento, os pesticidas se tornaram armas químicas de destruição em massa. Mishra (2006, p. 1541) relata que em Maharashtra, em 79% dos casos, os suicídios ocorreram por ingestão de pesticidas. Geralmente são misturados com álcool (SETHI, 2018, pp. 218-270).

Considerações finais: agricultura sem agricultores?

A grande transição da agricultura para o "capitalismo de subsistência" transformou os camponeses em agricultores que "operam no limite de suas necessidades de reprodução social" (APPADURAI, 2024, p. 1). Integrados aos mercados de *commodities*, controlados por grandes corporações que fazem *lobby* bem-sucedido para que o Estado atenda às suas demandas, os agricultores parecem ter um futuro realmente sombrio. Quando visitamos uma escola pública em uma área rural, pedimos às crianças que fizessem o seguinte exercício: "Fechem os olhos e imaginem vocês e sua aldeia em 2040, quando vocês forem jovens adultos.", Nalini [nome fictício], um

adolescente inteligente que falava bem inglês, foi o primeiro a responder. "Não vi nenhum fazendeiro", disse ele. Emocionado, visivelmente angustiado, ele começou a soluçar e continuou. "A terra se foi. Está cheia de gases.". Outro imaginou que os agricultores seriam substituídos por robôs. Devido à poluição, os campos teriam se tornado inférteis. Ele, no entanto, estaria nos Estados Unidos, trabalhando para o Google. A maioria de seus colegas de escola imaginou que seria engenheiro ou médico na Índia ou no exterior (Inglaterra, Japão ou Dubai). Apenas alguns desejavam continuar na agricultura. Entre os cerca de 40 alunos do 12º ano, apenas dois tinham uma opinião abertamente positiva. Graças à invenção de novos fertilizantes e aos bons preços, eles achavam que estariam entre os mais ricos da Índia.

O que pode ser feito? Não é como se o governo desconhecesse as causas do sofrimento agrário. Os políticos sabem por que os agricultores continuam morrendo por suicídio em números alarmantes. Ao longo dos anos, o governo central e os estados distribuíram bilhões de rúpias em diversos tipos de pacotes corretivos, isenções de empréstimos e moratórias de dívidas. As medidas tomadas não são suficientemente radicais e não vão à raiz da questão: pobreza, desigualdade e ganância.[9] Nem a visão de mundo produtivista nem o modelo de desenvolvimento são oficialmente contestados. O fracasso das "revoluções coloridas" (verde e branca) também não é reconhecido. O viés urbano e os interesses adquiridos têm priorizado sistematicamente o lucro corporativo em detrimento do bem-estar das comunidades rurais. Os programas do governo concentram-se em mitigar os sintomas do sofrimento agrário, sem confrontar os "mecanismos generativos" (BHASKAR, 1978) do capitalismo industrial que perpetuam a *omnicrise* e causam o sofrimento agrário: degradação ecológica, exploração econômica, desigualdade social, erosão moral e desespero existencial. O modelo atual de desenvolvimento econômico, com seu foco incessante no crescimento e na captura do Estado pelo mercado, aprofunda a precariedade daqueles que já são vulneráveis. Mesmo que a abolição do capitalismo não seja realista, é necessária uma mudança radical para combater a marginalização da agricultura, o declínio terminal do campo e a aniquilação do campesinato. Em primeiro lugar, conforme exigido por todas as associações de agricultores, o governo deve implementar integralmente as recomendações da Comissão Swaminathan (GOVERNMENT OF INDIA, 2007; veja também SWAMINATHAN, 2016, para uma avaliação). Com foco específico no sofrimento dos agricultores, ela formulou uma "política nacional holística para os agricultores" para "melhorar a viabilidade econômica da agricultura". Ela inclui, enfaticamente, a definição de um Preço Mínimo de Suporte como o custo total de produção mais 50% líquidos para garantir que os agricultores possam atender às necessidades básicas de subsistência. Isso proporcionaria aos agricultores uma renda estável e uma proteção contra a volatilidade do mercado. Isso é essencial para atrair e reter jovens na agricultura. Além do alívio econômico, a política deve investir na transformação de longo prazo da vida rural. Isso inclui uma educação rural abrangente, do nível primário ao superior, com um currículo voltado ao gerenciamento de recursos, às práticas agrícolas sustentáveis e ao agroempreendedorismo. O

Estado tem que incentivar e encorajar o uso de terras agrícolas para a produção de alimentos por meio de práticas de base agroecológica (incluindo orgânicas/naturais), com baixo uso de insumos externos, economia de água, baseadas em pequenos agricultores, biologicamente diversas (incentivando milho, leguminosas e outros produtos locais) e que deem soberania aos agricultores sobre os meios de produção, incluindo sementes, terra e conhecimento. Deve ser possível estabelecer uma meta para que a Índia se torne majoritariamente orgânica na produção de alimentos até 2050, com etapas intermediárias para reduzir sistematicamente o uso de fertilizantes químicos e pesticidas e substituí-los por técnicas de baixo insumo externo (VIKALP SANGAM, 2024). Uma agricultura economicamente viável, ecologicamente correta e socialmente coesa deve ser a base do futuro. Por último, mas não menos importante, o investimento em irrigação deve ser uma prioridade urgente. A Índia enfrenta riscos devido à escassez de água e ao mau gerenciamento de seus recursos hídricos, como o esgotamento, a poluição e a distribuição desigual. O aquecimento global tensiona uma situação já insustentável. Isso prejudica a agricultura e ameaça a sobrevivência da nação em desenvolvimento. Se a zona rural cair, porque a agricultura não pode ser sustentada, o país não poderá se manter.

Notas

[1] Agradecimentos: Inicialmente, queremos agradecer aos fazendeiros e às viúvas que abriram suas casas e seus corações para nós. Para preservar seu anonimato, não os mencionamos pelo nome. Kishore Bhirdikar veio conosco em nossa segunda viagem de campo, mas, por razões pessoais, preferiu não figurar como coautor. Somos muito gratos aos jornalistas M. N. Parth e Nithin Pakhale; aos ativistas Ghanshyam Darane, Vilas Bhongade e Vijay Jawandhia; aos políticos Rahul Shawan, Praveen Deshmukh e Khwaja Baig; aos empreendedores sociais Pankaj Mahalle e Shweta Thakare; aos trabalhadores das ONGs Gargie Mangulkar (Makaam), Seema Kulkarni (Soppecom) e Madhuri Khadase (Prerna Gram Vikas Sanstha); aos professores Bal Rakshase, Amitabh Pawde (in memoriam), Shamsher Singh e Suresh Jungari; aos alunos do TISS e, por último, mas não menos importante, ao incrível Vaibhav Pandit. No Brasil, agradecemos aos membros do Sociofilo (IFCS-UFRJ) pela leitura cuidadosa, aos dois excelentes pareceristas da revista Dilemas e à Heloisa Duarte, a secretária da revista, pela paciência.

[2] "*Agrarian Distress*" é um conceito-guarda-chuva amplamente utilizado na Índia, que abrange uma série de aflições enfrentadas pelos agricultores. Para evitar uma interpretação excessivamente psicológica da condição, optamos por não traduzir como "angústia agrária", mas como "sofrimento agrário". Isso permite incluir os impactos que vão desde os problemas econômicos até os aspectos sociais e psicológicos, entre outros, que, em conjunto, contribuem para o cenário de crise na agricultura, de desesperança e de angústia emocional.

[3] Vários estudos em formato de livro (BODH, 2019; SINGH; BHANGOO; SHARMA, 2020; SUTHAR, 2022) e coleções editadas (SIDDARAJU, 2019; KUMAR, 2020; RAMAKUMAR, 2022) foram publicados nos últimos anos. Embora os estudos acadêmicos sejam excelentes, tendem a objetivar a questão e enterrar o falecido sob uma avalanche de números. Preferimos mais estudos etnográficos (por exemplo, NEELIMA, 2018; SHAH, 2012; VASAVI, 2009; 2012; 2019) e relatos jornalísticos, como os de Jadhav (2018) e Hardikar (2021), que seguem os passos de Palagummi Sainath, o principal jornalista rural da Índia, que consistentemente forçou os suicídios a entrar na agenda pública na década de 1990. Sainath (1996) é o autor do clássico *Everybody Loves a Good Drought,* agora em sua 45a edição, e fundador do PARI, o *People's Archive of Rural India*, em que é possível encontrar histórias, reportagens e vídeos sobre pessoas comuns nas aldeias do subcontinente. De fato, para começar, recomendamos Sainath (2007), Vasavi (2012) e Hardikar (2021) como guias de campo confiáveis.

[4] Os dados sobre suicídios são provenientes do NCRB, órgão do Ministério do Interior. Os relatórios de Mortes Acidentais e Suicídios (*Accidental Deaths & Suicides in India* – ADSI) são publicados on-line. O último foi publicado em 2022. Para uma discussão abrangente sobre as estatísticas oficiais de suicídios em fazendas na Índia, consulte Nagaraj et al. (2014).

[5] "'Agricultores ou Cultivadores' aqui considerados são aqueles cuja profissão é a agricultura, incluindo os que cultivam em suas próprias terras, bem como aqueles que cultivam em terras arrendadas ou de outros, com ou sem a assistência de trabalhadores agrícolas. Exclui trabalhadores agrícolas" (ACCIDENTAL DEATHS & SUICIDES IN INDIA, 2022, p. 231, n. 1). Ao contrário do relatório ADSI, o Censo não exige o título de propriedade da terra como pré-requisito para ser considerado "agricultor ou cultivador". Essa discrepância entre os registros tem impacto no cálculo da taxa de suicídio.

[6] Os pesquisadores brasileiros da equipe de estudo ficaram surpresos ao constatar que os credores privados de dinheiro não tinham conexão com o crime organizado, não se apresentavam armados e não ameaçavam a vida dos devedores e de suas famílias. No Brasil, as taxas de juros do cartão de crédito podem chegar a 350% ao ano. Já os agiotas (credores ilegais) cobram valores ainda mais altos e geralmente estão associados ao narcotráfico.

[7] Os infortúnios nunca vêm sozinhos. Veja o caso de Deepakrao, um fazendeiro progressista e experimental de Amaravati que também era ativo na política local. Ele cavou um poço, mas infelizmente, este desabou. Seu filho, motorista de riquixá, teve um acidente. Para piorar, Deepakrao também enfrentou dois acidentes. Com as despesas hospitalares elevadas, ele se viu incapaz de quitar seus empréstimos. A monção atrasou e a colheita fracassou. Para proteger seu campo de porcos selvagens, ele recorreu a um veneno letal – "tudo isso deve ter girado diante dos olhos de Deepakrao quando ele consumiu o frasco de inseticida" (KHUNTE, 2018, p. 19).

[8] Em um de seus primeiros artigos que reúne o estudo sociológico de Durkheim sobre suicídio e as reflexões psicanalíticas de Freud sobre melancolia em uma tipologia de suicídio, Anthony Giddens enfatiza o papel da culpa e da vergonha: "O indivíduo depressivo é caracterizado por um superego anormalmente rígido e punitivo, que faz com que ele remeta os impulsos hostis contra si mesmo. [...] Se a culpa pode ser concebida como decorrente de uma tensão entre o superego e o ego, uma segunda grande fonte de ansiedade pode ser diferenciada como decorrente do atrito entre o ego-ideal e o ego. A vergonha é a ansiedade gerada quando as metas e o autoconceito incorporados no ideal do ego divergem do desempenho real do ego. Assim como em muitos casos de suicídio, a culpa é a fonte dominante de motivação para o ato; em outros, a vergonha pode ser a principal energia mobilizadora" (GIDDENS, 1966, p. 280, p. 283).

[9] Lembre-se de Gandhi: "A Terra fornece o suficiente para satisfazer as necessidades de todos os homens (*every mans' needs*), mas não a ganância de todos os homens (*everyman's greed*)" (PYARELAL, p. 552).

Referências

ABRUTYN, Seth. "What Hindu Sati can teach us about the sociocultural and social psychological dynamics of suicide". **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 47, n. 4, pp. 522-539, 2017.

ABRUTYN, Seth; MUELLER, Anna. "The socioemotional foundations of suicide: A microsociological view of Durkheim's suicide". **Sociological Theory**, v. 32, n. 4, pp. 327-351, 2014.

ACCIDENTAL DEATHS & SUICIDES IN INDIA. **Accidental Deaths & Suicides in India 2022. New Delhi: National Crime Records Bureau, 2022.**

AGA, Asif. "Merchants of Knowledge: Petty Retail and Differentiation with Consolidation among Farmers in Maharashtra, India". **Journal of Agrarian Change**, vol. 18, n. 3, pp. 685-696, 2018.

APPADURAI, Arjun. **Agricultural Reason in the Shadow of Subsistence Capitalism**: A Rural Ontology from Western India. Chicago: Hau Books, 2024.

APPADURAI, Arjun. "The Capacity to Aspire: Culture and the Terms of Recognition". *In*: RAO, Vijayendra; WALTON, Michael (Org.). **Culture and Public Action**. Stanford: Stanford University Press, 2004, pp. 59-84.

BAYER ÍNDIA. **Mahyco Monsanto Biotech (MMB)**. Bayer India, [20--]. Disponível em: https://www.bayer.in/en/mahyco-monsanto-biotech-mmb. Acesso em: 2 nov. 2026.

BALAYANNIS, Athanasios; COOK, Bryan. "Suicide at a Distance: The Paradox of Knowing Self-Destruction". **Progress in Human Geography**, vol. 40, n. 4, pp. 530-545, 2016.

BHARATHAN, Govindan. "Bt-Cotton in India: Anatomy of a Controversy". **Current Science**, vol. 79, n. 8, pp. 1075-1076, 2000.

BHASKAR, Roy. **A Realist Theory of Science**. Hassocks: Harvester Press, 1978.

BODH, Praveen Chandra. **Farmers' Suicides in India**: A Policy Malignancy. Abingdon: Routledge, 2019.

CABALION, Joël; THIVET, Delphine. "Who Speaks for the Village? Representing and Practising the 'Rural' in India from the Colonial to the Post-Colonial". **Samaj**: South Asia Multidisciplinary Academic Journal, n. 21, pp. 1-16, 2019.

DANDEKAR, Ajay; BHATTACHARYA, Sreedeep. "Lives in Debt: Narratives of Agrarian Distress and Farmer Suicides". **Economic and Political Weekly**, vol. 52, n. 21, pp. 77-84, 2017.

DANDEKAR, Ajay; NARAWADE, Shahaji; RATHOD, Ram; INGLE, Rajesh; KULKARNI, Vijay; SETAPPA, Y. D. **Causes of Farmer Suicides in Maharashtra**: An Inquiry. Mumbai: Tata Institute of Social Sciences, 2005. Final report submitted to the Mumbai High Court.

DESHPANDE, Ramesh; ARORA, Saroj. Editors' Introduction. *In*: DESHPANDE, Ramesh; ARORA, Saroj (Org.). **Agrarian Crisis and Farmer Suicides**. New Delhi: Sage, 2010, pp. 1-42.

DOUGLAS, Jack Daniel. **The Social Meanings of Suicide**. Princeton: Princeton University Press, 1967.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. "Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença". **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 8, n. 1, pp. 173-183, 2003.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**: Le système des castes et ses implications. Paris: Gallimard, 1979[1966].

DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme**: Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Seuil, 1983.

DURKHEIM, Émile. **Le Suicide**: Étude de sociologie. Paris: Presses Universitaires de France, 1991[1897].

ESTABLET, Roger. "Le suicide en Inde au début du XXIe siècle". **Sociologie**, vol. 2, n. 3, pp. 117-143, 2012.

FALNIKAR, Anagha; DUTTA, Jyotsna. "Voices of Farmer-Widows Amid the Agrarian Crisis in India". **Women's Studies in Communication**, vol. 42, n. 4, pp. 432-451, 2019.

FRASER, Nancy. **Cannibal Capitalism**: How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet – and What We Can Do about It. London: Verso, 2022.

GIDDENS, Anthony. "A Typology of Suicide". **European Journal of Sociology**, vol. 7, n. 2, pp. 276-295, 1966.

GOVERNMENT OF INDIA. **National Policy for Farmers**. New Delhi: Ministry of Agriculture, 2007.

GRAEBER, David. **Debt**: The First 5000 Years. New York: Melville House, 2011.

GUGHANE, Palash. **A Case Study of Farmers' Suicide in Yavatmal (Maharashtra**): Undercurrents in the Lives of Farmer Suicide Survivor Widows. Dissertação (Mestrado) – Ambedkar University, Delhi, 2021.

GUPTA, Akhil. "Farming as Speculative Activity: The Ecological Basis of Farmers' Suicides in India". *In*: HEISE, Ursula; CHRISTENSEN, Jon; NIEMANN, Michelle (Org.). **The Routledge Companion to the Environmental Humanities**. London: Routledge, 2021, pp. 185-193.

GUPTA, Dipankar. "Whither the Indian Village: Culture and Agriculture in 'Rural' India". **Economic and Political Weekly**, vol. 40, n. 8, pp. 751-758, 2005.

HARDIKAR, Jaideep. **Ramrao**: The Story of India's Farm Crisis. Noida: HarperCollins, 2021.

HARRISS-WHITE, Barbara. "Petty Commodity Production". **The Journal of Peasant Studies**, vol. 50, n. 1, pp. 295-314, 2023.

HARRISS-WHITE, Barbara; JANAKARAJAN, S. **Rural India Facing the 21st Century**: Essays on Long-Term Village Change and Recent Development Policy. London: Anthem Press, 2004.

HONNETH, Axel. **The Struggle for Recognition**: The Moral Grammar of Social Conflicts. Cambridge: Polity Press, 2005.

JADHAV, Radheshyam. **Harvesting Hope in the Suicide Zone**: Women Who Challenged Drought, Death and Destiny. New Delhi: Bloomsbury, 2018.

JODHKA, Surinder Singh. "Nation and Village: Images of Rural India in Gandhi, Nehru and Ambedkar". **Economic and Political Weekly**, vol. 37, n. 32, pp. 3343-3353, 2002.

KARAMCHEDU, Anusha. "Dried up Bt Cotton Narratives: Climate, Debt and Distressed Livelihoods in Semi-Arid Smallholder India". **Climate and Development**, vol. 16, n. 4, pp. 289-300, 2023.

KHUNTE, Pooja (Org.). **Saga of a Wildfire**: Stories of Families Trapped in the Aftermath of Farmer Suicides. Pune: Makaam, 2018.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Org.). **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

KOTA, Neelima. **Widows of Vidarbha**: Making of Shadows. New Delhi: Oxford University Press, 2018.

KUMAR, Satyam (Org.). **Agrarian Crisis and Farmer Suicide in India**: The Voice Unheard. New Delhi: Best Publishing House, 2020.

LAHIRI, Sharmila. **Suicide Protest in South Asia**: Consumed by Commitment. London: Routledge, 2014.

MAKAAM. **Social Security of Women Farmers from Suicide Affected Households**: A Situation Analysis. Pune: Makaam, 2018.

MARX, Karl. "Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie". *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx-Engels Werke**, Band 23. Berlin: Dietz, 1962 [1867].

MAUSS, Marcel. "Essai sur le don: Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques". *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologie et anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950 [1925].

MISHRA, Srijit. "Farmers' Suicides in Maharashtra". **Economic and Political Weekly**, vol. 41, n. 16, pp. 1538-1545, 2006.

MOHANTY, Bibhuti. "Suicide of Farmers in Maharashtra: A Socio-Economic Analysis". **Review of Development and Change**, vol. 6, n. 2, pp. 146-189, 2001.

MOHANTY, Bibhuti. "Farmer Suicide in India: Durkheim's Types". **Economic and Political Weekly**, vol. 48, n. 21, pp. 45-54, 2013.

MOHANTY, Bibhuti. **Agrarian Transformation in Western India**: Economic Gains and Social Costs. London: Routledge, 2019.

MÜNSTER, Daniel. "Farmers' Suicides as Public Death: Politics, Agency and Statistics in a Suicide-Prone District (South India)". **Modern Asian Studies**, vol. 49, n. 5, pp. 1580-1605, 2015.

NAGARAJ, K.; SAINATH, P.; RUKMANI, R.; GOPINATH, R. "Farmers' Suicides in India: Magnitudes, Trends, and Spatial Patterns, 1997-2012". **Review of Agrarian Studies**, v. 4, n. 2, pp. 53-83, 2014.

NAKHAIE, Reza; DATTA, Ronjon Paul. "*Who's Got My Back*? A Neo-Durkheimian Analysis of Suicidality and Perceptions of Social Support in British Columbia and Saskatchewan". **Canadian Review of Sociology**, vol. 43, n. 2, pp. 143-170, 2018.

NEELIMA, Kota. **Widows of Vidarbha**: Making of Shadows. New Delhi: Oxford University Press, 2018.

PATEL, Raj. "The Long Green Revolution". **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, pp. 1-63, 2013.

PATIL, Nitin; REDDY, Venkata; SINGH, Surinder. "Delineating Resource Management Domains of Yavatmal District Using Geospatial Tools". **Arabian Journal of Geosciences**, vol. 14, 2021.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**: The Political and Economic Origins of Our Time. Boston: Beacon Press, 1957 [1944].

PYARELAL, N. **Mahatma Gandhi:** The last phase (vol. 2). Ahmedabad: Navajivan, 1958.

RAMAKUMAR, Ramachandran (Org.). **Distress in the Fields**: Indian Agriculture after Economic Liberalization. New Delhi: Tulika Books, 2022.

SAINATH, Palagummi. **Everybody Loves a Good Drought**: Stories from India's Poorest Districts. Gurugram: Penguin, 1996.

SAINATH, Palagummi. "The Farm Crisis: Why Have over One Lakh Farmers Killed Themselves in the Past Decade?". **Speaker's Lecture Series**, Parliament, 2007.

SAINATH, Palagummi. "The Largest Wave of Suicides in History". **CounterPunch**, 12 fev. 2009.

SETHI, Akhil. **The Life of Debt in Rural India**. New York: Columbia University, 2018. Unpublished (PhD in Anthropology) – Columbia University, 2018.

SHAH, Esha. "What Makes Crop Biotechnology Find Its Roots? The Technological Culture of Bt Cotton in Gujarat, India". **European Journal of Development Research**, vol. 20, n. 3, pp. 432-447, 2008.

SHAH, Esha. "A Life Wasted Making Dust: Affective Histories of Dearth, Death, Debt and Farmers' Suicides in India". **The Journal of Peasant Studies**, vol. 39, n. 5, pp. 1159-1179, 2012.

SHAKEEL, Ahmad. "Déjà Vu of Farmers' Suicide: A Theoretical Insight from India". **The Arab World Geographer**, vol. 20, n. 4, pp. 330-346, 2017.

SIDDARAJU, V. G. (Org.). **Farmer's Suicide in India**: Causes, Consequences and Mitigation. Mysore: Grabs, 2019.

SINGH, Lakhwinder; BHANGOO, Kulwinder Singh; SHARMA, Rakesh. **Agrarian Distress and Farmer Suicides in North India**. Abingdon: Routledge, 2020.

SOPPECOM. **Through Her Lens**: Self Captured Stories of Women Sugarcane Cutters. Pune: Soppecom, 2020.

STONE, Glenn Davis. "Agricultural Deskilling and the Spread of Genetically Modified Cotton in Warangal". **Current Anthropology**, vol. 48, n. 1, pp. 67-103, 2007.

SUTHAR, Suraj Kumar. **Dilapidation of the Rural**: Development, Politics and Farmer Suicides in India. Singapore: Palgrave Macmillan, 2022.

SWAMINATHAN, Mancombu. "National Policy for Farmers: Ten Years Later". **Review of Agrarian Studies**, v. 6, n. 1, pp. 145-155, 2016.

VANDENBERGHE, Frédéric. "As conversações interiores que somos nós". *In*: VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social reconstrutiva.** Vol. 2. Hermenêutica de si e dos outros. Rio de Janeiro: Ateliê de humanidades, 2026, pp. 63-149.

VASAVI, Aninhalli Rame. "Suicides and the Making of India's Agrarian Distress". **South African Review of Sociology**, v. 40, n. 1, pp. 94-108, 2009.

VASAVI, Aninhalli Rame. "Contextualising Agrarian Suicides". *In*: DESHPANDE, Ramesh; ARORA, Saroj (Org.). **Agrarian Crisis and Farmer Suicides**. New Delhi: Sage, 2010.

VASAVI, Aninhalli Rame. **Shadow Space**: Suicides and the Predicament of Rural India. Gurgaon: Three Essays Collective, 2012.

VASAVI, Aninhalli Rame. "The Displaced Threshing Yard: Involutions of the rural". **Review of Development and Change**, pp. 1-24, 2019.

VIJAYAKUMAR, Lakshmi. "Hindu Religion and Suicide in India". *In*: WASSERMAN, Danuta; WASSERMAN, Camilla (eds): *Oxford Textbook of Suicidology and Suicide Prevention*. Oxford: Oxford University Press, pp. 23-29, 2009.

VIKALP SANGAM. **People's Manifesto for a Just, Equitable, and Sustainable India**. New Delhi: Vikalp Sangam General Assembly, 2024.

YADAV, R. **Harvesting Hope in the Suicide Zone**: Women Who Challenged Drought, Death and Destiny. New Delhi: Bloomsbury, 2018.

FRÉDÉRIC VANDENBERGHE (fredericvdbrio@gmail.com) é docente no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). É doutor em sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS, Paris, França), mestre em Sociologia pela EHESS e graduado em Ciências Sociais e Políticas pela Rijksuniversiteit Gent (RUG, Bélgica).

https://orcid.org/0000-0003-0614-8420

PALASH GUGHANE (palash.crg@gmail.com) é doutorando em sociologia na Universidade FLAME (Pune, Índia). Possui formação em Estudos de Desenvolvimento, tendo concluído um mestrado na Dr. B. R. *Ambedkar University Delhi* (AUD, Nova Delhi, Índia).

https://orcid.org/0009-0003-6398-2793

CYNTHIA XAVIER DE CARVALHO (cynthia.carvalho@ufpe.br) é docente no Núcleo de Gestão do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, Recife, Brasil). É doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). Mestre em Economia pela UFPB e graduada em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFSE, Aracaju, Brasil).

https://orcid.org/0000-0003-4449-8616

Colaboradores

FV trabalhou na concepção, na pesquisa de campo e na redação final do artigo. PG trabalhou na concepção, na pesquisa de campo e na redação final do artigo. CXC trabalhou na concepção, na pesquisa de campo e na redação final do artigo.

Declaração de disponibilidade de dados

Os conjuntos de dados relacionados a este artigo estarão disponíveis mediante solicitação aos autores correspondentes.

Recebido em: 27/02/2025
Aprovado em: 06/02/2026

Editora responsável: Kátia Sento Sé Mello